

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ARTES

AMANDA MARINI DE JESUS
ANA CLARA PIMENTA SILVA
CAMILA REIS SILVA

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO:
O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO**

São José dos Campos
2025

Amanda Marini de Jesus

Ana Clara Pimenta Silva

Camila Reis Silva

Reflexões sobre educação inclusiva no ensino médio:
o papel do psicólogo na inclusão

Trabalho apresentado como parte
das exigências do Curso de
Psicologia da Faculdade de
Educação e Artes da
Universidade do Vale do Paraíba.

Professor(a) orientador(a): Prof.
Bruna Mares Terra Candido

São José dos Campos, SP

2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Jesus, Amanda
Reflexões sobre Educação Inclusiva no Ensino Médio : O papel
do Psicólogo na Inclusão / Amanda Jesus; Ana Clara Silva; Camila
Silva; orientadora, Bruna Mares Terra Candido. - São José dos
Campos, SP, 2025.
38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade do Vale
do Paraíba, São José dos Campos. Psicologia.

Inclui referências

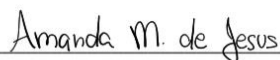
1. Psicologia. 2. Inclusão. 3. Ensino Médio. 4. Escola. 5.
Psicologia. I. Silva, Ana Clara. II. Silva, Camila. III. Mares
Terra Candido, Bruna, orient. IV. Universidade do Vale do
Paraíba. Psicologia. V. Título.

Eu, Amanda Jesus, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 16 de Dezembro de 2025.



Autor(a) da Obra

Data da defesa: 01 / 12 / 2025

AMANDA MARINI DE JESUS
ANA CLARA PIMENTA SILVA
CAMILA REIS SILVA

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO:
O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO**

Relatório final de pesquisa aprovado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação II do curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Nome do orientador (UNIVAP): Bruna Mares Terra Candido

Profa. Dra Nome do membro da banca (UNIVAP): Christiana V. de A. Strauss

Prof. Dr. Nome do membro da banca (UNIVAP): Ana Karina Britto

Nota: 10,0 (dez)

Profa. Dra. Ana Enedi Prince Silva
Diretora da Faculdade de Educação e Artes – FEA/UNIVAP
São José dos Campos, 01 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas famílias por todo apoio e incentivo durante o curso.

Aos nossos amigos, e futuros colegas de profissão, que tornaram nossa jornada mais leve e agradável.

E aos professores, por serem essenciais no nosso crescimento como profissionais.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” - Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo explorar o papel do Psicólogo Escolar diante da inclusão no ensino médio. Observa-se, no contexto brasileiro, políticas de notável importância para a educação que, em teoria, contribuem para a inclusão escolar. Ainda assim, são encontrados diversos obstáculos para que todos os alunos consigam acesso ao seu direito à educação, de maneira equitativa. Por meio de uma pesquisa qualitativa e de revisão de literatura, foi possível compreender quais as origens da inclusão escolar; quais ações o Psicólogo Escolar tem sob sua responsabilidade diante a demanda de inclusão; e quais são as práticas atuais de inclusão no ensino médio.

Palavras-chave: Inclusão; ensino médio; escola; Psicologia.

ABSTRACT

This study aimed to explore the role of the School Psychologist in the context of inclusion in secondary education. In the Brazilian context, there are policies of notable importance for education that, in theory, contribute to school inclusion. Even so, several obstacles remain in preventing all students from achieving equal access to their right to education in equitable ways. Through qualitative research and a literature review, it was possible to understand the origins of school inclusion; the actions that the School Psychologist is responsible for in addressing the demand for inclusion; and the current practices of inclusion in secondary education.

Key words: Inclusion; education; school; Psychology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Avanços da Psicologia Escolar no Brasil	19
Figura 2 - Comunicação Alternativa Aumentativa de alta tecnologia	24
Figura 3 - Exemplo de metodologia ativa	25

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA.....	12
3. OBJETIVOS.....	13
3.1 Objetivo Geral	14
3.2 Objetivos Específicos.....	14
4. MÉTODO	14
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
5.1 A História da Inclusão na educação	16
5.2 Atuações do Psicólogo Escolar	20
5.3 Estratégias e práticas inclusivas no Ensino Médio.	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

O Censo Escolar (Brasil, 2025a), constata um aumento no número de matrículas da educação especial, chegando a 2,1 milhões no ano de 2024. A mesma pesquisa também levanta dados referentes à implantação do Atendimento Escolar Especializado (AEE) ser realizada com 42,6% dos alunos matriculados e apresenta o ensino médio como o nível de escolarização com a segunda maior proporção de alunos incluídos, chegando a 99,5%. Observando este contexto escolar, percebe-se um aumento no número de laudos de estudantes referentes às necessidades especiais no processo de aprendizagem, tornando-se imprescindível encarar discussões sobre inclusão escolar.

Para assegurar os direitos de pessoas deficientes e/ou neurodivergentes são encontrados diversos artifícios públicos, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) que abrange acessibilidade, tecnologias, comunicação, mobilidade e o acompanhamento desse público, buscando oferecer condições de igualdade em todos os ambientes. De acordo com o Artigo 2 da lei:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, Lei nº 13.146, de janeiro de 2015).

Para garantir o bom desenvolvimento deste estudo, será delimitado o foco em pessoas que se enquadrem nos seguintes grupos, como dispostos no Artigo 6 das Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE), capítulo IV “Estudantes Público-alvo do AEE”:

Art. 6º São públicos do Atendimento Educacional Especializado os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, com altas habilidades/superdotação, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Resolução CNE/CEB nº 04 (2009) e Decreto nº 7.611 (2011) (Coradini, *et al.* 2024).

Neste momento, é importante explicar os termos “Educação Especial” e “Educação Inclusiva”. Segundo a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) (Brasil, 2020), a Educação Especial ocorre com alunos que apresentem necessidades especiais (deficiências e neurodivergências), onde a proposta pedagógica das escolas deve ser adaptada de acordo com a diversidade desses

alunos, utilizando também de aulas no contraturno e ensino específico em outras salas que não a comum. Já a Educação Inclusiva, é definida como um movimento educacional que abrange todos os alunos, tendo necessidades de ensino específicas ou não; colocando todos (alunos de inclusão ou não) na mesma sala comum, e com possibilidade de apoio especial, devendo aplicar a equidade como valor imprescindível dentro e fora de sala de aula.

A Educação Especial preza por um ensino específico e especializado para cada aluno de inclusão, focando no desenvolvimento das habilidades de cada um; já a Educação Inclusiva preza por um ensino escolar em que todos, independente de suas dificuldades e impedimentos, convivam e realizem atividades na mesma sala comum, focando na formação de uma sociedade inclusiva. De maneira generalizada — pois na prática de cada escola podem ocorrer diferenças da teoria, por diversas razões —, portanto, pode-se dizer que uma Educação Inclusiva abrange todos os alunos, com necessidades especiais ou não. Por outro lado, a Educação Especial tem foco em atender alunos com necessidades de adaptação nos materiais ou atividades específicas, seja por quaisquer dificuldades apresentadas (Brasil, 2020).

Para o presente estudo, no entanto, será tomada a visão da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, cujo objetivo é garantir a escolarização em diversos níveis de ensino levando em consideração a percepção das especificidades de cada aluno. Aqui, não se exclui a possibilidade de utilização de diferentes espaços para ensino, mas também enfatiza “a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, tendo a equidade como um propósito a ser buscado e implementado” (Fernandes; Benitez, 2022, p. 2). Ou seja, busca salientar também a escola como local central, de suma importância, para diminuir e ultrapassar comportamentos presentes no âmbito social que propaguem a ideia de exclusão.

Segundo o Decreto n. 12.686/2025, Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 2025b) tem como objetivo proporcionar um ambiente sem barreiras para os alunos com deficiência, adaptando materiais pedagógicos e recursos a depender de cada aluno. Esse serviço deve ocorrer no contraturno da escolarização nas salas de ensino regular ou nas Salas de Recursos Multifuncionais como consta no Projeto Político Pedagógico, na Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Brasil, 2010),

sendo as Salas de Recursos Multifuncionais um ambiente contendo equipamentos e materiais diversos que auxiliam nesse processo.

O ensino médio brasileiro é o último segmento da educação básica. Neste momento da vida, os adolescentes ampliam suas capacidades cognitivas permitindo a complexificação de conceitos apreendidos socialmente. O indivíduo está criando novos olhares para a realidade, e tecendo então, sua posição como jovem-adulto. A escola tem papel fundamental durante este salto no desenvolvimento do ser humano, visto que os conhecimentos científicos e acadêmicos são passados por esta instituição, e tais conhecimentos auxiliam a crescer possibilidades na compreensão de mundo do adolescente (Ferreira, *et al.*, 2021).

Em suma, a escolarização carrega a importante tarefa de oferecer aos alunos informações que ampliem seu repertório de conhecimento, contribuindo para a formação destes sujeitos não somente no contexto acadêmico, mas também como indivíduos que podem se apropriar de suas próprias histórias, caminhos, e relações com o que está fora dele.

Apesar das ferramentas explicitadas durante o texto, no ensino médio público o processo de inclusão apresenta complexos desafios a partir das condições em que se apresentam no Brasil. Como exemplificação deste fato pode ser considerada a superlotação das salas de aula; a falta de infraestrutura adequada; desmotivação frente os estudos; não-obrigatoriedade até recentemente (somente a partir do ano 2000); e a evasão escolar, sendo estes fatores que se agravam dentro da Educação Especial (Fernandes; Benitez, 2022).

Portanto, o presente trabalho busca aprofundar as questões que permeiam a atuação do Psicólogo Escolar em relação à educação inclusiva no Ensino Médio, a fim de refletir sobre qual o posicionamento do psicólogo no ensino, o qual visa auxiliar na garantia de uma formação humanizada, diversa e acessível para os todos os alunos, em específico alunos que se enquadram nos grupos citados anteriormente.

2. JUSTIFICATIVA

Apesar das várias políticas de inclusão e teorias promovendo equidade educacional, falar sobre educação inclusiva no ensino médio torna-se um desafio, tendo em vista a escassez de artigos e estudos abordando tal tema. Segundo Freire (2008), a inclusão no contexto escolar ocorre como uma tentativa de garantir o acesso de todos à educação, considerando as diferenças e individualidades de cada ser humano e buscando proporcionar o desenvolvimento de todos os alunos de maneira equitativa.

Como dito por Fernandes e Benitez (2022), os empecilhos encontrados no ensino especial dentro do ensino médio público são, em grande parte, estruturais e sociais. Torna-se então, principalmente, uma questão de desamparo social e de entidades públicas em relação aos adolescentes. Trazer à tona este tema, por meio deste trabalho, é uma tentativa de elucidar a situação estudantil de alunos do ensino médio. A falta de estudos abrangentes, o alto número de evasão escolar, a desmotivação em relação aos estudos, são fatores ainda mais agravados quando feito o recorte para o Ensino Especial na Perspectiva Inclusiva.

Além disso, o presente trabalho é atravessado pelas experiências pessoais na vida das autoras relacionadas ao trabalho de inclusão em sala de aula. Como psicólogas em formação, com grande interesse na área educacional e no desenvolvimento de adolescentes e jovens adultos, o tema é visto como de suma importância para a atuação futura das autoras.

Assim, o tema foi escolhido a fim de explorar qual local a Psicologia, como detentora de conhecimento sobre o desenvolvimento humano, ocupa diante da falta de equidade educacional. Ademais, objetiva entender o fazer do psicólogo dentro da escola, como profissional na formação de alunos público-alvo da educação especial.

3. OBJETIVOS

A seguir serão definidos os objetivos da presente pesquisa.

3.1 Objetivo Geral

Investigar na literatura o papel do psicólogo escolar nas práticas inclusivas com estudantes do ensino médio.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender a história da inclusão na educação.
- b) Investigar a história da psicologia escolar.
- c) Investigar práticas de inclusão atuais existentes no Ensino Médio, e a participação do psicólogo escolar no processo.

4. MÉTODO

O presente trabalho tem como metodologia científica uma pesquisa qualitativa e de revisão de literatura narrativa. É uma revisão de literatura do tipo narrativa, que, de acordo com Figueiredo (1990 *apud* Andrade, 2021), se caracteriza por oferecer um panorama geral do desenvolvimento científico de determinado assunto, utilizando um conjunto de fontes mais relevantes de uma área do conhecimento.

Foram utilizados artigos científicos encontrados em bancos de dados da Scielo, Google Acadêmico e PepsiCo para mapear o conhecimento geral atual sobre a educação inclusiva com estudantes do ensino médio e o papel do psicólogo frente a esse problema.

A busca foi guiada pelos descritores: inclusão, Psicologia escolar, educação inclusiva e ensino médio, além de livros que abordam o tema, leis e sites oficiais do Governo Federal que contém dados e estatísticas. Os materiais foram analisados, em uma avaliação arbitrária, de modo a selecionar apenas os mais relevantes à pesquisa, que demonstram uma visão da Psicologia frente à inclusão escolar.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos subcapítulos adiante serão apresentados o desenvolvimento de cada um dos objetivos específicos propostos para este trabalho, visando um levantamento sócio-histórico, ainda que não historiográfico, sobre a prática da inclusão no ensino, na atuação do psicólogo e nas escolas atualmente, dentro do contexto brasileiro.

5.1 A História da Inclusão na educação

Antes de iniciar a discussão sobre a prática dos educadores frente à inclusão em sala de aula, é necessário entender o que de fato é compreendido como inclusão e o seu processo histórico na sociedade. O presente trabalho não tem cunho de uma ordem historiográfica, visto que não será aprofundado o histórico de cada um dos fatos citados abaixo.

A história da inclusão se inicia com uma ideia de segregação daqueles vistos como “diferentes” na época da Antiguidade Clássica, já que esses eram considerados “indignos” da educação escolar, pois eram julgados como doentes e incapazes, principalmente, da área do saber. Segundo Lopes, Lopes e Leite (2018), as pessoas com deficiência passaram por visões divinas, métodos de cura e tortura, em que eram incompreendidas e silenciadas durante sua história. Assim, viviam em condições de exclusão da sociedade, vistos como desprezíveis dentro da mesma, por serem considerados como maldição divina.

A partir do século XIX passaram a surgir instituições especializadas para cuidados de pessoas com deficiência, e entendeu-se o conceito sobre educação especial. Na contemporaneidade, por questões relacionadas à sobrevivência, as pessoas com deficiência precisaram se tornar produtivas para a sociedade em geral e no Brasil, em particular, tal lógica se intensifica (Bueno; Portilho, 2023). Porém, ainda eram vistos como rejeitados pela sociedade, já que a escola continuava sendo segregacionista, com a existência de salas e instituições separadas para pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Durante o século XX, ocorreu a disseminação de uma nova ideia de integração nascendo o conceito de educação integrada, que se entende como defender o direito da pessoa com deficiência a ser inserida na rede regular de ensino básico e na sociedade como um todo. Segundo Minetto (2010 *apud* Costa 2016), a luta pela inserção e normalização das pessoas com necessidades especiais

fortaleceu-se no século XX através do movimento denominado de “Paradigma da Integração”, que defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE) se matricular na escola regular. Porém o aluno com deficiência nesse momento precisava, com seu próprio esforço, se adaptar ao meio ambiente, enquanto as educações e ensino não eram alteradas, já que não tinham um compromisso para auxiliar na adaptação às necessidades próprias do aluno e buscar um aprendizado igualitário para os estudantes. Com isso, entende-se que existia uma dualidade entre o segregar e o integrar, pois mesmo que de alguma maneira as pessoas com deficiência ganhavam direitos mínimos, eles nunca poderiam se igualar aos direitos das pessoas que não possuíam nenhum tipo de deficiência.

Segundo Vigotski (1989 *apud* Costa, 2006), mesmo o organismo possuindo, em potencial, capacidade de superação, ela só se realiza a partir da interação com fatores ambientais, pois o desenvolvimento se dá no entrelaçamento de fatores externos e internos. Ou seja, entende-se que segregar a pessoa com deficiência independente da sua eficiência não é favorável, já que a pessoa não terá contato com outros estudantes, e assim, não será desenvolvido o seu processo de aprendizagem, independente do tempo ou avanço de seu desenvolvimento.

Esse conceito vem evoluindo de acordo com o desenvolvimento do pensamento humano. O período entre guerras do século XX foi o momento que proporcionou um aumento na necessidade de mão de obra, e, conseqüentemente, motivar e desenvolver a autonomia de pessoas com deficiências para que pudessem ingressar às escolas (em classes chamadas de especiais) e ao mercado de trabalho (Lopes; Lopes; Leite, 2018).

A partir desse momento, foram surgindo marcos e evoluções relevantes para o processo de inclusão. Na década de 80, pela primeira vez, a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência foi realizada e se potencializando com diversos estudos dentro do tema (Lopes; Lopes; Leite, 2018). Somente no início do século XXI, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como indivíduos na sociedade (Lopes; Lopes; Leite, 2018).

A partir de 2001 foi aprovado o primeiro plano nacional de educação, Lei federal nº10.172/2001 que garantia o atendimento dos “estudantes com necessidades especiais” (Brasil, 2001). Com esse documento foi o primeiro

momento em que se instaurou um modelo de escola inclusiva, para garantir o atendimento justo, de maneira a ter equidade a todos os alunos. Esse foi o primeiro momento em que o termo educação inclusivo foi usado, passando a cair em desuso o termo educação especial.

Segundo a Lei nº12.073/2009 a inclusão social introduz um novo horizonte para a sociedade, pois indica outra etapa no processo de conquista dos direitos por parte dos mais diversos segmentos sociais, tais como, pessoas com necessidades especiais, os explorados, excluídos e discriminados em razão da raça, do sexo, da orientação sexual, da idade, da origem-etnia, etc (Brasil, 2009).

Atualmente, a inclusão tem se potencializado em meio aos estudos recentes. Diversas leis que asseguram o direito das pessoas com deficiência são, cada vez mais, colocadas em prática. No ano de 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), garantindo no Art. 27 o direito da Pessoa com Deficiência à educação assegurando um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades” (Brasil, 2015, p.1).

A inclusão escolar no sentido abordado pelo presente trabalho, não se restringe ao acesso à estrutura física da escola, ou até mesmo à possibilidade de matrícula. No entanto, assemelha-se ao que diz Andrade (2008), a inclusão abordada neste trabalho implica na promoção de um ensino que leve em consideração as individualidades e diferenças de cada aluno, fazendo com que a aprendizagem seja significativa para eles.

“Mudar de paradigma significa pensar que queremos uma educação especial para todos, em um mundo especial para cada um de nós, ou seja, que nosso olhar esteja atravessado pela dignidade e pelo respeito aos outros e as suas diferenças. Esse é um processo gradativo, que possui como pré-requisitos, ética e responsabilidade” (Facion e Matos, 2009, p.121 *apud* Costa, *et al.*, 2016)

No âmbito da inclusão, entende-se também quanto os profissionais não são especializados para auxiliar no desenvolvimento acadêmico dos alunos com necessidades especiais. Isso consiste em alunos que, muitas vezes, têm algum déficit de aprendizagem e acabam se frustrando ainda mais quando o profissional coloca o aluno em uma aula de reforço, ou passa uma prova diferenciada, sem ao menos explicar e entender as demandas por parte do adolescente. A partir do que está descrito no trabalho presente entende-se que iremos tratar apenas de temas

que remetem a inclusão de adolescentes com neurodivergências.

O modelo da educação inclusiva é a expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças. Não como obstáculo, e sim como características de todo ser humano e intrínseco de cada um. Porém, a aproximação do ensino regular ao especial é historicamente complexa, necessitando ser continuamente investigada a fim de responder às expectativas dessa união.

Uma escola que inclua deve ter, mesmo que implicitamente, propostas que consigam atender a todos os alunos, desde estudantes com dificuldades para chegar à sala de aula até aqueles que necessitem de apoio por superdotação. É sob esta concepção que a inclusão escolar apresenta um ponto delicado (Mendes, 2013).

Além disso, a inclusão mostra-se também como uma questão crítica por ser um aspecto dificultoso de implementar, principalmente na realidade brasileira em que políticas públicas voltadas à inclusão não atendem as expectativas de auxílio com essa parte da população, visto que é uma parcela pequena em meio a tantas demandas necessárias na educação brasileira, e por muitas vezes ser discriminada passa a ser “esquecida” e deixada de lado. Corrobora com isso o argumento de Pasian, Mendes e Cia (2019), em que é dito que a quantidade de alunos que utilizam serviços de educação especializados é bem menor que os alunos matriculados em escolas regulares.

É necessário entender qual o ganho da pessoa com deficiência ao realizar o ensino básico, visto que as políticas públicas aplicadas, são mais segregadoras do que inclusivas. No Brasil, a política de educação especial apresentada atualmente é baseada na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que garante o direito a todos ao acesso e a permanência de alunos com deficiência no ensino regular. Além disso é baseado também na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que orienta os sistemas de ensino a assegurar a participação e o atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A PNEEPEI prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais e a formação de professores para promover a inclusão, com o objetivo de garantir a participação plena desses alunos.

Promover a inclusão de uma pessoa não quer dizer adequá-la a padrões

considerados socialmente "normais". Trata-se, na verdade, de assegurar seu direito à individualidade, reconhecendo suas diferenças e garantindo que suas necessidades específicas sejam respeitadas e acolhidas pela sociedade. Na área da educação, normalizar é oferecer ao aluno com necessidades especiais recursos profissionais e institucionais adequados para que ele desenvolva seu potencial como estudante, pessoa cidadã (Werneck, 1997 *apud* Costa 2016). A partir do presente trabalho, entende-se que a educação inclusiva é uma educação para todos onde não há segregação e discriminação em nenhum dos casos apresentados.

5.2 Atuações do Psicólogo Escolar

Após entender em que contexto surge a necessidade de inclusão e diversidade, pode-se então começar a discussão sobre quais fatores influenciam na promoção de inclusão. Para tanto, neste capítulo será elucidada a atuação do Psicólogo Escolar, a fim de entender como é seu papel na educação e, em capítulos posteriores, na educação inclusiva. Nesse trabalho serão exploradas críticas e fenômenos decorrentes da educação inclusiva, especialmente em estudantes com algum tipo de neurodivergência.

A Psicologia escolar no Brasil, após sua regulamentação em 1962, teve forte influência da visão clínica dentro do funcionamento escolar. Os fazeres principais assemelhavam-se a testes psicométricos para compreender as necessidades e dificuldades dos alunos, de caráter individualista, buscando resolver problemas comportamentais e de aprendizagem. Portanto, neste momento, as condições sociais e contextuais que envolvem o aluno ainda não eram tidos como fatores relevantes para as avaliações psicológicas realizadas (Patto, 1987 *apud* Zanelatto; Courel, 2019).

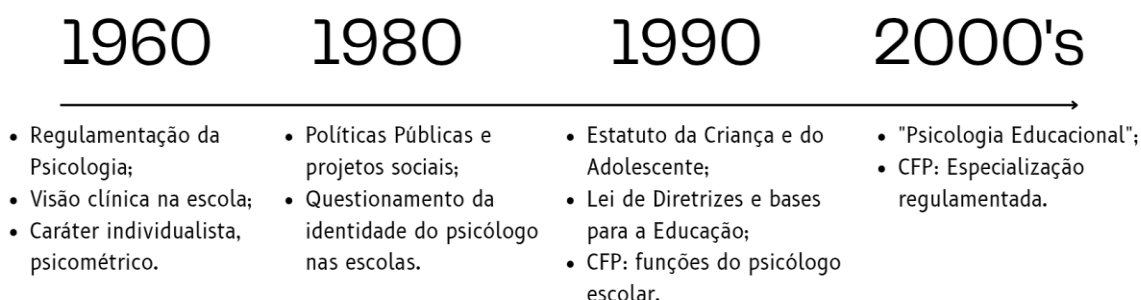
A partir da década de 80, começa a crescer demanda e interesse em projetos sociais e políticas públicas. Este movimento faz com que a classe de trabalhadores da Psicologia dentro da educação também questione seu modelo de trabalho, pondo em análise sua identidade. Alguns marcos para a reformulação desta área podem ser citados como: Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, em 1996; e a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Diante das mudanças que agora olhavam para o contexto social e cultural que permeiam as realidades de alunos e escolas, a área da Educação, e

consequentemente, o Psicólogo Escolar, passam a entender a necessidade de considerar estas condições em seus ofícios - fato que leva a Psicologia Brasileira a repensar sua atuação, até então, de caráter clínico e comportamental. A partir dos anos 2000, há inclusive a alteração na nomenclatura desta área, passando a ser chamada “Psicologia Educacional”, que contém em si a atuação de psicólogos em escolas - os psicólogos escolares, centro deste capítulo e trabalho (Zanelatto; Courel, 2019).

Figura 1 - Avanços da Psicologia Escolar no Brasil

Avanços da Psicologia Escolar



Fonte: Adaptado de “Psicologia Escolar e Educacional: Cartografia de um fazer” (Zanelatto; Courel, 2019)

Após a breve apresentação sobre a história desta área, é possível contextualizar o que respalda sua atuação atualmente. Como base deste ofício, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1992, divulga a cartilha de atribuições do psicólogo em cada área na qual pode estar presente. Dentre estas áreas, são citadas as funções da Psicologia escolar do seguinte modo:

Auxiliar na mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se às dimensões política, econômica, social e cultural. [...] Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino (Conselho Federal de Psicologia, 1992, p. 5).

A Psicologia Escolar e Educacional é uma especialização regulamentada pelo CFP, segundo a Resolução Nº 23, de 13 de outubro de 2022. Segundo esta resolução,

a Psicologia Escolar e Educacional refere-se à especialização de um psicólogo que atua na educação e no processo ensino-aprendizagem. Para tornar-se um especialista na área, alguns dos requisitos são: inscrição ativa no CFP com anuidades devidamente pagas pelo mínimo de dois anos; comprovação de exercício da profissão; comprovação de conclusão de curso de especialização em Instituições de Ensino Superior reconhecidas, na respectiva área de interesse; e aprovação em concurso do Conselho Federal de Psicologia de especialista na área.

Para dar mais apoio a este profissional, foi formulado Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos na Educação Básica (CFP, 2019). Este documento traz conteúdos abrangentes que podem auxiliar psicólogos que atuam em quaisquer níveis da educação, como será explicado nos próximos parágrafos.

O psicólogo escolar deve prezar pela melhoria na qualidade da educação escolar, contribuindo com seus conhecimentos sobre o processo de ensino-aprendizagem, formação e socialização do ser humano, para que ocorra a valorização daqueles que compõem o corpo escolar. Ao compreender que a premissa da Psicologia é visualizar o ser humano como atravessado pelo seu contexto histórico-social, deve-se estabelecer esta visão também para as instituições que este ser frequenta e constrói, diariamente, como a escola (CFP, 2019).

A função da escola é mediar o acesso dos alunos aos instrumentos e conteúdos sociais necessários para sua formação, portanto seu trabalho é constituído pelo contexto social vigente. Deste modo, o psicólogo escolar pode atuar na mudança da organização social. O material ainda apresenta algumas áreas em que é possível intervir dentro do âmbito escolar: participar da elaboração do projeto político-pedagógico; desenvolver ações voltadas para o processo de ensino-aprendizagem; atuar na formação continuada de educadores; promover e manter a educação inclusiva; orientar alunos no que diz respeito a questões escolares e sociais (CFP, 2019).

Estas ações devem sempre estar alinhadas com o compromisso da Psicologia de dar destaque às dimensões subjetivas e psicológicas, além de seguir os Direitos Humanos.

Além disso, na Constituição Federal, está decretada a Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que promove a presença de psicólogos e assistentes sociais nas instituições de ensino da rede pública, como exposto no seguinte artigo:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de Psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais (Brasil, 2019).

A lei supracitada representa um avanço na Educação Básica, ao compreender que o ambiente escolar deve ser multiprofissional. É também um importante passo na inclusão de profissionais da Psicologia no âmbito educacional.

Apesar do valor positivo desta lei, observa-se que a mesma está em vigor desde 2019, mas sua efetiva implantação na realidade ainda está distante. Em 2023, o presidente do Conselho Federal de Psicologia, durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados, destaca que apenas 85 dos 5.568 municípios brasileiros estão adimplentes à lei (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Numa visão mais crítica, que busca ampliar o entendimento da atuação do psicólogo escolar a partir da lei em questão, Bertasso (2022) salienta ser necessário refletir sobre como este profissional será inserido nas escolas. Algumas questões levantadas são: de que modo serão feitas as contratações, como será o pagamento, como será a atuação “multiprofissional” do profissional da psicologia dentro da escola. Outro ponto comentado no trabalho citado é a própria dissertação da lei, em que se diz:

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de Educação Básica e dos seus estabelecimentos de ensino (Brasil, 2019).

Pode-se questionar, por este parágrafo da lei 13.935/2019, qual será a parcela de atuação ativa do psicólogo na elaboração dos projetos políticos-pedagógicos, visto que ao utilizar-se da palavra “considerar”, denota a ideia de que os profissionais deverão seguir os projetos pré-estabelecidos, não transparecendo possibilidade de atuar na elaboração destes (Bertasso, 2022). Esta possibilidade vai contra o disposto nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos na Educação Básica (CFP, 2019) — como já exposto anteriormente no presente trabalho —, que traz a função do psicólogo como participante na elaboração do projeto político-pedagógico.

O Ministério da Educação (MEC), durante o evento “Seminário Nacional Implementação dos Serviços de Psicologia e Serviço Social nas Redes de Ensino: Desafios e Possibilidades”, explicita recomendações para o exercício dos serviços em questão. Um dos apontamentos durante o evento sobre as dificuldades a serem

enfrentadas foi que cada parte do território brasileiro tem suas particularidades, e que a implantação da medida não funcionará caso não seja feita uma adequação ao local em que a escola se encontra (Brasil, 2025c).

Outro ponto levantado é o desafio financeiro. Apesar das diferentes visões de responsáveis dos órgãos reguladores da educação brasileira, a origem dos recursos para subsidiar a atuação dos psicólogos e assistentes sociais em escolas, ainda é uma questão a ser elaborada. Para a diretora de Articulação com Sistemas de Ensino do MEC (Ministério da Educação), para o pagamento destes profissionais não deve ser utilizado o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, no entanto, dispõe de opinião contrária e acredita que devem ser retirados recursos do Fundeb (Neves, 2025).

Ainda que as funções do Psicólogo Escolar estejam amparadas pela Constituição Federal e pelas diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, a atuação desta classe ainda é amplamente vista com suas atividades anteriores, de contexto clínico, psicomетria e diagnóstico. A concepção errada ainda difundida por outros profissionais da educação, e famílias com crianças e adolescentes em escolas, impede o posicionamento dos conhecimentos do psicólogo em escolas, tornando difícil a aplicação do seu real trabalho - como explicitados anteriormente - nos contextos inseridos (Nascimento *et al.*, 2023).

5.3 Estratégias e práticas inclusivas no Ensino Médio.

A atuação do psicólogo escolar se torna imprescindível em todas as etapas da educação, especialmente no Ensino Médio, ao se analisar as particularidades enfrentadas pelo indivíduo nessa etapa, independente da presença ou ausência de deficiências ou transtornos. Nesse momento, os adolescentes significam os últimos anos de estudo obrigatório como decisivo para suas vidas, visto que são constantemente cobrados de escolhas profissionais e bom desempenho em vestibulares, descartando a possibilidade de tomar essas decisões futuramente (Fideles, 2024). O Ensino Médio também é interpretado como “a última possibilidade de vivenciar uma condição juvenil” (Lebourg; Coutrim; Silva, 2021, p. 87).

De acordo com a Psicologia Histórico-Cultural e a periodização do desenvolvimento, o Ensino Médio é predominantemente composto por indivíduos que se encontram na adolescência. Segundo Marx ([s.d.], *apud* Martins; Abrantes; Facci, 2016) é o momento de encontro entre o estudo e o trabalho pertencentes a todos, em que o indivíduo é preparado para construir seu futuro. Vigotski (1996 *apud* Martins; Abrantes; Facci, 2016) também ressalta a importância de se considerar a adolescência como um período em que a aprendizagem de pensamentos a partir de conceitos está em processo, desse modo o sistema educacional irá auxiliar no desenvolvimento de pensamento crítico.

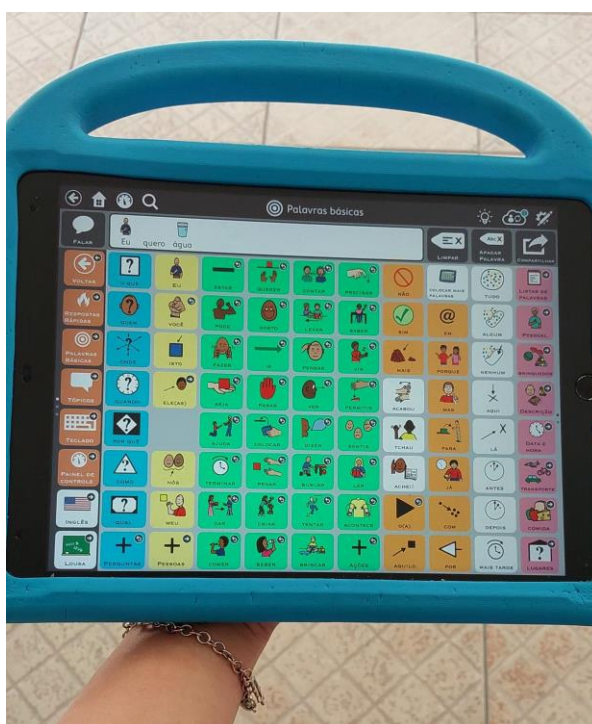
Assim, por ser uma fase desafiadora, o Ensino Médio passa a ser alvo de evasão escolar. Os jovens se deparam com a obrigatoriedade de permanecer em aulas com conteúdos pouco atrativos, a desvalorização de atividades culturais extracurriculares e a falta de oportunidades para desenvolver a socialização (Lebourg; Coutrim; Silva, 2021). Em uma pesquisa do censo escolar de 2024, conclui-se que o Ensino Médio apresenta maior taxa de repetência e evasão escolar, sendo 5.9%, e identifica a educação especial um dos principais públicos-alvo desse cenário, alcançando a taxa de 3,7% (Brasil, 2024).

Ao se deparar com a junção das dificuldades advindas das deficiências e os obstáculos presentes na adolescência, o Ensino Médio se torna um ambiente extremamente complexo para a aplicação da Educação Especial. A inclusão passa a ser temida, angustiante e preocupante para os profissionais da educação, que devem ser a principal parte ativa nesse processo (Müller; Luft, 2025).

Como forma de minimizar as dificuldades dos alunos da Educação Especial, as escolas trabalham na tentativa de implantar algumas estratégias como adaptações que tornam o ambiente facilitador para o desenvolvimento. O Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) tem como objetivo flexibilizar os currículos que acabam por não atender a todas as necessidades considerando a diversidade entre os estudantes (Sebastian-Heredero, 2020). Assim, é possível oferecer um ambiente que gera interesse aos alunos e que se torna coerente com o conhecimento que cada indivíduo possui. Desse modo, o DUA busca oferecer estratégias para minimizar os desafios presentes no ambiente escolar e tornar possível o desenvolvimento de todos os alunos (Halberstadt, 2024).

Dentro do DUA, surge a tecnologia assistiva (TA) que pode ser uma opção auxiliar para a aprendizagem. Assim, se utiliza de recursos e serviços de alta ou baixa tecnologia, sendo exemplos: Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA), órteses e próteses, auxílios de mobilidade ou recursos de acessibilidade ao computador (Halberstadt, 2024). Para que a tecnologia assistiva seja utilizada de modo proveitoso, é necessário que sejam identificados os avanços no desenvolvimento pessoal de cada aluno individualmente. O professor deve ser preparado para perceber o potencial comunicativo do aluno, incluindo movimento corporal, olhares, sons e expressões faciais (Halberstadt, 2024).

Figura 2 - Comunicação Alternativa Aumentativa de alta tecnologia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As metodologias ativas também fazem parte das estratégias que podem ser utilizadas para contribuir na aprendizagem de alunos da Educação Especial no Ensino Médio. Elas irão criar situações que simulam a vida real por meio de atividades, jogos e projetos, onde os estudantes irão desenvolver um comportamento mais autônomo e ativo na construção de conhecimento (Souza; Schütz, 2021). Na adolescência, as práticas que preparam para o futuro e aprimoram a autonomia devem ser prioridade dentro de sala de aula.

Figura 3 - Exemplo de metodologia ativa



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para que as estratégias sejam colocadas em prática, exige-se que a escola possua apoio de uma equipe multidisciplinar. Diversos profissionais atuarão em conjunto ao professor com o objetivo de contribuir com o conhecimento singular das oportunidades dos estudantes neurodivergentes (Franco, 2022). Assim, será possível um olhar abrangente a todas as barreiras que permeiam a vida do aluno. Podem compor a equipe multidisciplinar: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicomotricista, psicólogos e outros (Rodrigues, 2008 *apud* Franco, 2022).

Como forma de transparecer a realidade prática desse trabalho dentro da educação, foram reunidos alguns relatos de experiências de profissionais que vivenciaram o processo de inclusão de seus alunos.

A inclusão do deficiente físico é um desafio, principalmente, para as aulas de Educação Física. Foi encontrado um artigo que relata a experiência de um professor que utilizou dos quadrinhos para introduzir aos alunos os esportes paraolímpicos (Sales; Portilho; Cardoso, 2022). Assim, o professor pode ensinar a toda a classe sobre a inclusão, resultando em uma maior compreensão e respeito às pessoas com deficiência. Esse processo evidenciou claramente o processo de inclusão, não apenas para o aluno com deficiência, mas também para todos os alunos que fazem parte da classe, como um verdadeiro processo de Educação Inclusiva.

No Transtorno do Espectro Autista é comum que a pessoa apresente rigidez em seu comportamento e, muitas vezes, se torna não verbal quando contrariado ou desafiado. Em um relato de experiência com um pré-adolescente autista no ensino fundamental II (Souza; Santos, 2025), a estagiária auxiliou em uma pesquisa científica sobre os animais invertebrados e vertebrados. A atividade foi adaptada para que o aluno pudesse realizar, assim foi realizada verbalmente e por meio de desenhos, no meio da atividade o aluno teve um momento estressor que o desestabilizou, fazendo com que a atividade tivesse que ser dividida em dois dias. No artigo citado, a profissional relata dificuldades em auxiliar a criança por sua falta de conhecimento e capacitação sobre o Transtorno do Espectro Autista, problematizando a prática docente diante dessas situações.

Um relato de experiência de alunos com Altas Habilidades/Superdotação nas aulas de Física utilizam de metodologias ativas para proporcionar um aprendizado mais profundo (Viana; Nunes, 2023). Assim, foram desenvolvidos projetos como o estudo da atmosfera de Marte, o desenvolvimento de um veículo submersível e a participação em olimpíadas utilizando o espaço da Sala de Recursos. Esses projetos proporcionaram aos estudantes a capacidade de enfrentar os desafios e motivaram a curiosidade científica, colocando os alunos como protagonistas de sua própria educação.

Como evidenciado em capítulos anteriores, é papel do psicólogo escolar proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento do indivíduo e compartilhar de seus conhecimentos dentro das instituições de ensino. Assim, diante da inclusão:

O trabalho da(o) psicóloga(o) com a temática do preconceito e a promoção de discussões coletivas a respeito do processo de inclusão escolar, em que seja garantido o direito de pertencimento do estudante com deficiência à escola regular [...] a(o) psicóloga(o) focalizará a força

que esse estudante possui para criar condições para o enfrentamento de sua deficiência e expansão de seus limites, que tem como objetivo buscar uma posição social mais valorizada pela sua comunidade (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 49).

Diante deste cenário, serão evidenciadas práticas do Psicólogo Escolar no contexto apresentado. É importante ressaltar que alunos com neurodivergências, em sua grande maioria, passaram por psicoavaliações e apresentam um diagnóstico. Assim, com a presença desse documento, o psicólogo escolar poderá interpretá-lo de modo íntegro. A prática profissional do psicólogo busca relacionar o ambiente clínico, institucional e familiar em que o aluno está inserido, dando suporte e orientações sobre os direitos e práticas inclusivas em todos os contextos (Barreto; Vilas Bôas, 2021).

A educação inclusiva necessita que o psicólogo utilize de técnicas psicológicas para auxiliar na escolarização, focando não apenas nas limitações, mas também nas potencialidades para transformações dos alunos (Pereira; Silva, 2022). Esse movimento evita a propagação de rótulos referentes aos diagnósticos. Além de ser possível construir uma compreensão do desenvolvimento em conjunto com o próprio indivíduo (Barreto; Vilas Bôas, 2021), principalmente no contexto do Ensino Médio. Durante a adolescência, a escola deve levar o aluno a compreender sua individualidade e a desenvolver sua personalidade (Martins; Abrantes; Facci, 2016).

É importante ressaltar também a necessidade do desenvolvimento de habilidades socioemocionais dentro de sala de aula com todos os alunos, mas indispensavelmente dos alunos da Educação Especial. Apesar das competências socioemocionais estarem presentes em todo o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma pesquisa mostra que, entre os professores participantes, 40% têm conhecimento mínimo sobre essas competências e 60% já ouviram falar, mas não conheciam diretamente (Lima, 2023). Assim, a psicologia educacional tem papel importante na exigência da implementação dessas competências no currículo dos estudantes, para que os alunos compreendam a ligação direta das emoções com o comportamento humano.

A inflexibilidade do currículo escolar no Ensino Médio deve ser visto pela Psicologia Escolar de modo cauteloso. Os docentes possuem uma falta de formações que os preparam para lidar com a inclusão e as singularidades dos estudantes, causando sentimentos de incapacidade para realizar adaptações em suas aulas (Müller; Luft, 2025). É função da psicologia, contribuir com formações continuadas de

professores, levando essa ciência para dentro das escolas (Müller; Luft, 2025), além de proporcionar espaços de escuta e diálogo interdisciplinar, promovendo novos olhares e soluções para as dificuldades vivenciadas pelos profissionais da educação (Pereira; Silva, 2022).

Apesar da adolescência ser uma fase de maior independência, a família ainda é um importante alicerce e tem grande relevância no processo de inclusão do aluno. O psicólogo escolar deve atuar mediando as relações interpessoais para potencializar o ensino (Albuquerque; Aquino, 2021), especialmente quando se trata da educação especial. Para compreender o processo de desenvolvimento do aluno é indispensável conhecer o contexto familiar e como ele se relaciona nesse meio (Albuquerque; Aquino, 2021).

Com isso, entende-se que a inclusão escolar no Ensino Médio é um processo complexo e contínuo, que envolve fatores relacionados à adolescência, barreiras no ambiente escolar e a importância da multidisciplinaridade. Apesar das práticas da Psicologia Escolar nesse contexto, não é cabível ao psicólogo transmitir respostas prontas, mas considerar cada contexto e soluções viáveis a depender da escola e do indivíduo (Pereira; Silva, 2022).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão ainda é um tópico de intensas discussões na realidade brasileira. Apesar de leis e ferramentas públicas existentes, tornar a educação, que é um direito do cidadão, em algo acessível para todos independente de suas necessidades, continua sendo um processo complexo, que envolve a desconstrução de uma sociedade cuja estrutura histórico-cultural foi constituída na segregação.

A discussão torna-se mais necessária, porém escassa, ao dar enfoque à Educação Especial na Perspectiva da Inclusão dentro do Ensino Médio brasileiro. Esta última fase escolar que prepara o sujeito para uma nova fase da vida, ainda é precária e conta com empecilhos que dificultam a formação básica completa do cidadão. Ao acrescer o recorte de alunos que necessitam do Ensino Especial, observa-se uma maior barreira para implementar tal ensino.

É visto também o papel do psicólogo na atuação escolar. Ao percorrer pela história da profissão, é encontrada a origem de uma área com caráter clínico e patologizante, de foco apenas no estudante. Com o passar do tempo, a profissão se estrutura a fim de observar o estudante como um ser complexo e multifacetado, tal qual seu processo de ensino-aprendizagem. Ainda assim, mesmo após seu reconhecimento no Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo escolar enfrenta dificuldades diante do seu papel na educação e na escola, dificuldades estas por ainda ter sua prática muitas vezes vista e permeada pelo caráter clínico de sua origem, além de não ter sido, ainda, integrado completamente na área da educação.

Por fim, o Ensino Médio é apresentado como uma etapa complexa e desafiadora, marcada pela pressão das escolhas profissionais e altas taxas de evasão e repetência, cenário que se torna ainda mais crítico para estudantes da Educação Especial. Para minimizar essas dificuldades e promover a inclusão, as escolas implementam estratégias como o Desenho Universal de Aprendizagem (DUA), que busca flexibilizar o currículo e utiliza recursos como a Tecnologia Assistiva (TA) e metodologias ativas, fomentando a autonomia e a construção de conhecimento dos alunos.

A concretização dessas práticas pode trazer resultados benéficos ou dificultar o trabalho de ensino e aprendizagem dos estudantes da Educação Especial, ao serem analisados relatos de experiência dentro do ambiente escolar. Por essa razão, o processo de inclusão exige o suporte de uma equipe multidisciplinar.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo escolar é imprescindível. Seu papel abrange desde a interpretação integral de psicoavaliações e o suporte familiar, até a mediação das relações interpessoais e a promoção de discussões coletivas para garantir os direitos do estudante. O profissional deve focar nas potencialidades dos alunos para evitar a propagação de rótulos e, ainda, atuar na formação continuada dos docentes, ajudando-os a lidar com as singularidades e os desafios de praticar uma Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A.; AQUINO, F. S. B. Psicologia escolar e a relação família-escola: um estudo sobre concepções profissionais. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 1, Juiz de Fora, abr. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1982-12472021000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 4 out. 2025.

ANDRADE, Mário César Rezende. **O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia**. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 1-5, dez. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300001&lng=pt&nrm=iso. DOI: <https://doi.org/10.36298/gerais202114e23310>

ANDRADE, S. G. Inclusão escolar e formação continuada de professores: relações e contrapontos. **Poiésis**, Tubarão, v.1, n. 1, p. 86-100, 2008. DOI <https://doi.org/10.19177/prppge.v1e1200886-100>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/24>. Acesso em 15 jun. 2024.

BARRETO, C.; VILAS BÔAS, L. Além do psicodiagnóstico: práticas inclusivas a partir da avaliação psicológica. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 15372–15389, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24633>. Acesso em: 4 out. 2025.

BERTASSO, M. L. L. **Uma análise crítica da Lei Nº 13.935/2019 sobre as prestações de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022. Disponível em <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1420>. Acesso em 14 nov 2025.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 17 nov de 2025.

BRASIL. Lei nº 12.073, de 29 de outubro de 2009. Institui o dia 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 out. 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12073-29-outubro-2009-591935-publicacaooriginal-116990-pl.html>. Acesso em 17 nov de 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Planalto.gov, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 10 jun de 2024.

BRASIL. Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 10 abr. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino médio tem maior taxa de evasão da educação básica**, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Censo%20Escolar,%C3%A9%20de%200%2C4%25>. Acesso em: 23 set 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais>. Acesso em 13 abr 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Crescem matrículas de alunos com transtorno do espectro autista. Brasília, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/crescem-matriculas-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em 05 nov 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/arquivos/politicas-eesp/pnee-2020-layout.pdf>. Acesso em 13 abr 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025b. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília-DF, 20 out 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12686.htm#art23. Acesso em 09 abr 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Inclusão de psicologia e serviço social na educação é debatida**. Brasília, 10 mar 2025c. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/inclusao-de-psicologia-e-servico-social-na-educacao-e-debatida>. Acesso em 15 nov 2025.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023038, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17822. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17822>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Brasília, 1992. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf&ved=2ahUKEwid3czF8NOMAxVGp

pUCHecEKrQQFnoECAsQAQ&usg=AOvVaw2rU90-lc1vuMXm3_cbqd3H. Acesso em: 11 abr 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Conselho Federal cobra a implantação da Lei 13.935 em audiências públicas no Senado e na Câmara dos Deputados**, Brasília, 30 ago 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/conselho-federal-cobra-a-implantacao-da-lei-13-935-em-audiencias-publicas-no-senado-e-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em 14 nov 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atribuição de psicólogos(os) na educação básica**. E. 2. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-na-educacao-basica/&ved=2ahUKEwit68W1_dOMAxXHpZUCHaAMN0MQFnoECAoQAQ&usg=AOvVaw1ajx1wsCj46r6U3KUMGifV. Acesso em: 10 abr 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 23, de 13 de outubro de 2022**. Conselho Federal de Psicologia, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-23-de-13-de-outubro-de-2022-437945688>. Acesso em 18 mai 2025.

CORADINI, L; BARCELOS, A. P; BENTO, C.H; FERNANDES, C. S; SUREK,J; ROCHA, L. C. D.Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado, 2024.
CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/2024/politica-do-aee---fde.pdf&ved=2ahUKEwip38zGg_WQAxUdpZUCHTF_AaQQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw3IMnh-sShmflc0xUvYCFEW. Acesso em 13 de abr de 2025.

COSTA, D. A. F.; Superando limites: a contribuição de Vigotski para a educação especial. Revista. Psicopedagogia,p. 232 -240, 2006. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v23n72/v23n72a07.pdf>.

COSTA, D. F. et al. Educação Inclusiva: breve contexto histórico das mudanças de paradigmas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, ed. 92, v.01, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-inclusiva-breve-contexto-historico-das-mudancas-de-paradigmas>. Acesso em: 17/11/2025.

FERNANDES, L.I; BENITEZ, P. Educação especial inclusiva no ensino médio público: perspectivas de equipe escolar, jovens com deficiência e familiares sobre permanência estudantil. **Revista Educação em Foco**, v. 27, e 27037, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uuff.br/index.php/edufoco/article/view/36791/24973>. Acesso em 5 abr 2025.

FERREIRA, A. C; MARTINS, L. G; JESUS, J. S; NEVES, M. A. P; ARINELLI, G. S; SOUZA, V. L. T. Adolescentes desinteressados? Reflexões de estudantes do ensino médio público sobre sua escola. **Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2021.

Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-05812021000100018&script=sci_arttext. Acesso em 29 set 2025.

FIDELES, S. C. **Adolescência e escola: significações na transição do ensino fundamental para o ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2024. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/17681>. Acesso em: 29 set. 2025.

FRANCO, R. L. O Papel da Equipe Multidisciplinar e sua Atuação nas Escolas. **Revista Mais Educação**, v. 5, n.5, p. 855-867, jul. 2022. Disponível em: <https://www.revistamaiseducacao.com/artigosv5-n5-julho-2022/72>. Acesso em: 3 out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. ISBN 8577532909.

FREIRE, S. **Um olhar para a inclusão**. Revista da Educação, v. 16, n. 1, p. 5 - 20, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5299>. Acesso em 18 set 2024.

HALBERSTADT, C. B. G. **Tecnologia Assistiva (TA) por meio da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) no Ensino Médio gaúcho para estudantes com deficiência e comunicação não-verbal**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Federal do Pampa. Bagé, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/items/c52fec6c-a76b-4bb2-bc30-922f63106c3>. Acesso em: 2 out. 2025.

LEBOURG, E. H.; COUTRIM, R. M. E.; SILVA, L. C. Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 82–98, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/T5dKxxMSzCRsPsFwm49hxgs/?lang=pt>. Acesso em: 24 set 2025.

LIMA, R. R. Formação de professores/as para as competências socioemocionais: a psicologia educacional no contexto da BNCC e o novo ensino médio. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 43–55, 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/22014>. Acesso em: 15 nov 2025.

LOPES, J. B. C; LOPES, D. D; LEITE. V. A. M. **Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Sagah, 2018. Ebook. ISBN 9788595028661. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028661>.

MARTINS, L. M.; Abrantes, A. A.; Facci, M. G. D. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados Ltda, 2016. 368 p.

MENDES, M.S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estudo de Psicologia (Campinas)**,p. 261- 265, 2013.

MÜLLER, J. I.; LUFT, F. Inclusão no Ensino Médio: Uma Aula para Todos(as)? **Revista Gestão e Conhecimento**, [S. l.], v. 19, n. 1, e. 437, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistagc.com.br/ojs/index.php/rgc/article/view/437>. Acesso em: 1 out. 2025.

NASCIMENTO, F. D. M.; EL KHOURI, M. M.; ROCHA, A. S.; HOLANDA, R. R. Atuação da Psicologia no ambiente escolar: Uma pesquisa-intervenção entre a perspectiva do estudante e as orientações do CREPOP. **Cenas Educacionais**, Bahia: v. 6, n. e18358, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/18358>. Acesso em 10 abr 2025.

NEVES, M. **Financiamento é principal desafio para garantir psicólogos e assistentes sociais nas escolas, dizem especialistas**. Câmara dos Deputados: Brasília, 15 ago 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1188992-financiamento-e-principal-desafio-para-garantir-psicologos-e-assistentes-sociais-nas-escolas-dizem-especialistas/>. Acesso em 15 nov 2025.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da avaliação dos alunos no atendimento educacional especializado da sala de recurso multifuncional. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 104/ 1 - 20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/31828>. Acesso em: 17 nov. 2025

PEREIRA, M. D.; SILVA, J. P. Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e. 263525, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cjfsHVkNBtBbHNtbWjckK36t/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2025.

SALES, M. F; PORTILHO, L. N. ; CARDOSO, V. D. Educação Física Adaptada em Quadrinhos: Um Relato de Experiência. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 23, n. 1, p. 53–64, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/12959>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 733–768, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/F5g6rWB3wTZwyBN4LpLgv5C/?lang=ptt>. Acesso em: 2 out. 2025.

SILVA, L. F. Trajetória das políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: da educação especial à educação inclusiva. *Revista contemporânea*. v.3, n .8, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1380/910>

SOUZA, A.; SCHÜTZ, J. A. Educação e diversidade: Múltiplos olhares. Santo Ângelo: Metrics, 2021. 294 p.

SOUZA, B. S.; SANTOS, J. A. Relato de Experiência com um Pré-Adolescente Autista no Ensino Fundamental II. **Seminário Interdisciplinar em Ensino, Extensão e Pesquisa**, v. 6, 2025. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/sieep/article/view/23695>. Acesso em: 14 nov. 2025.

VIANA, J. L. A.; NUNES, D. J. V. Ensino de Física para Alunos de Altas Habilidades e Superdotação: Relato de Experiências no Município de Cariacica. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) - Educação Especial, Faculdade de Vitória, Vitória, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/5101>. Acesso em: 15 nov 2025.

ZANELATTO, E.; COUREL, S. F. **Psicologia escolar e educacional**: cartografia de um fazer. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.crprs.org.br/conteudo/publicacoes/Ebook_Educacao.pdf&ved=2ahUKEwjBupfb69OMAxXNpJUCHXKIMWUQFnoECCUQAQ&usg=AOvVaw3QlzLBq--zxIB-PaAjm_99. Acesso em: 11 abr. 2025.